



3º SIMULADO

# Delegado PC RJ

# Simulado PC-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-23-10-2021>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E  |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E  |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E  |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E  |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E  |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E  |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E  |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E  |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E  |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E  |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E  |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E  |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E  |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E  |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E  |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E  |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E  |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E  |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E  |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**DIREITO PENAL**

Ivo Martins

**01.** Após a leitura dos enunciados abaixo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A teoria finalista, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade pressuposto da pena.
- b) A teoria clássica, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e ilícito, a culpabilidade não é elemento do crime.
- c) A teoria clássica entende que a culpabilidade consiste em um vínculo subjetivo que liga a ação ao resultado, ou seja, no dolo ou na culpa em sentido estrito.
- d) A teoria finalista entende que, por ser o delito uma conduta humana e voluntária que tem sempre uma finalidade, o dolo e a culpa são abrangidos pela conduta.
- e) A teoria finalista entende que pode existir crime sem que haja culpabilidade, isto é, censurabilidade ou reprovabilidade da conduta, inexistindo, portanto, a condição indispensável à imposição de pena.

**02.** O Direito Penal brasileiro sofreu a reforma de 1984 da Parte Geral do Código Penal, especialmente no que diz respeito ao conceito de crime, segundo a doutrina brasileira, ele aderiu à escola finalista. Quem é considerado o criador de tal sistema jurídico-penal?

- a) Hans Welzel.
- b) Claus Roxin.
- c) Von Liszt.
- d) Günther Jakobs.
- e) Cesare Beccaria.

**03.** Com o desenvolvimento do Direito Penal, criou-se o conceito de bem jurídico, que trata-se do objeto que o Direito Penal deve tutelar. A afirmação de que o Direito Penal não compõe um sistema extenso de proteção de bens jurídicos, que abrange todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema fracionado e seletivo de ilícitos através da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

- a) ao conceito fechado de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.
- b) descreve o princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.
- c) descreve o princípio da culpabilidade como fenômeno social.
- d) ao conteúdo jurídico do princípio de dignidade humana relacionado ao conceito de Justiça distributiva.
- e) descreve o princípio da insignificância em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

**04.** Com a entrada da Lei nº 8.072/1990, a vedação absoluta de progressão de regime prisional passou a ser pauta frequente em debate tanto na academia quanto na jurisprudência. Importantes figuras na doutrina desde logo afastaram o regime integralmente fechado. Mas o Pleno do STF, então, em dois julgados antológicos, afastou singularmente da inconstitucionalidade nos HC 69.603/SP e HC 69.657/SP, posicionamento que se irradiou para as outras Cortes e, desse modo, dirigiu a jurisprudência do país por mais de 13 anos. Somente em 2006 o STF rediscutiu a matéria, agora para dizer inconstitucional aquela vedação no HC 82.959-7/SP. A histórica reversão da jurisprudência, afinal, fez com que se reparasse o sistema penal formalmente. Editou-se então, a Lei nº 11.464/2007 que, admitia a progressividade na execução correspondente. Todo esse demorado debate assentou especialmente em um princípio de direito penal que, atualmente estrutura o direito brasileiro no tópico respectivo. Trata-se do princípio da:

- a) personalidade do acusado.
- b) legalidade estrita.
- c) proporcionalidade.
- d) individualização da pena.
- e) culpabilidade.

**05.** Considerando caso hipotético onde o agente Marcos mata alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, dirigindo seu veículo automotor, comete o crime previsto no art. 302, do CTB, e não o crime previsto no art. 121, § 3.º, do CP. Assinale, a alternativa que está de acordo com o princípio aplicado no conflito apresentado:

- a) Princípio da consunção.
- b) Princípio da alternatividade.
- c) Princípio da especialidade.
- d) Princípio da legalidade.
- e) Princípio da subsidiariedade.

**06.** O princípio de intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão:

- a) na seleção de bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal e ainda quando outros ramos do Direito não conseguem proteger o bem jurídico ofendido, restando ao Direito Penal como *ultima ratio*.
- b) na teoria da imputação objetiva e no princípio da fragmentariedade.
- c) na seleção de bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal e na proposta funcionalista.
- d) na teoria da imputação objetiva e no princípio da subsidiariedade.
- e) no princípio da subsidiariedade e na proposta funcionalista.

**07.** Frank, cidadão americano residente na Califórnia, onde o uso medicinal de Cannabis é permitido, vem ao Brasil para passar uma temporada para aprimorar seus estudos em São Paulo e traz em sua mala uma pequena quantidade da substância, conforme sua receita médica. Ao ser revistado no aeroporto é preso pelo delito de tráfico internacional de drogas. Frank sabe que o uso de Cannabis no Brasil é proibido, mas acredita que pelo fato de ser de uso medicinal, não estava cometendo nenhuma infração. Neste caso, considerando-se que seja possível a não imputação do crime, seria possível alegar erro de

- a) tipo.
- b) tipo permissivo.
- c) proibição direto.
- d) proibição indireto.
- e) subsunção.

**08.** Com a desclassificação da equipe Honda no torneio de corrida nacional, o presidente da equipe demite o piloto que perdeu a última corrida da competição. Inconformado com a decisão, o piloto decide matar o mandatário. Para tanto, aproveitando o evento no dia de sua demissão, coloca uma bomba no carro do presidente que estava estacionado nas imediações da competição. O piloto sabe que o motorista particular do presidente será fatalmente atingido e tem a consciência que não pode evitar que torcedores ou funcionários da equipe, próximos ao veículo, venham a falecer com a explosão do dispositivo. Como ele não se importa com a vida dos demais, o dispositivo explode e, lamentavelmente, além das mortes dos dois ocupantes do veículo, dez torcedores e um funcionário morrem. A partir da leitura desse caso, é correto afirmar que o indiciamento do piloto pelos crimes de homicídio sucederá

- a) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente e ao motorista.
- b) por dolo eventual em relação ao motorista; aos torcedores e ao funcionário.
- c) por dolo direto de segundo grau em relação ao presidente e ao motorista.
- d) por dolo eventual apenas em relação aos torcedores.
- e) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente, segundo grau em relação ao motorista e dolo eventual em relação aos torcedores.

**09.** Felipe, após subtrair um notebook no interior de um mercado, foi detido por clientes que o amarraram em uma placa nas imediações do local. Acabou agredido violentamente por Luiz, dono do estabelecimento, que se valeu de uma barra de ferro encontrada na rua. Suzana tentou intervir, porém foi ameaçada por Luiz. Em seguida, Suzana, diante iminente perigo da vida de Felipe,

correu até um posto de combustível onde estava uma viatura Policial e relatou o fato ao tenente Peçanha, que se recusou a ir até o local no qual estava Felipe, alegando que a situação deveria ser resolvida unicamente pelos envolvidos. Marina, segurança particular do mercado, gravou a agressão e postou as imagens em rede social com a seguinte legenda: "Bandido bom é bandido morto". Felipe morreu em decorrência de trauma craniano.

- a) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo próprio.
- b) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo próprio.
- c) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo impróprio.
- d) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo impróprio.
- e) Marina poderá ser indiciada pela prática de crime comissivo por omissão.

**10.** Edson, investigador da polícia civil, durante suas férias na fazenda, resolve treinar seus disparos de arma de fogo. Vai até um ponto no seu terreno e ali dispara contra uma cabana abandonada. O agente imaginava-se completamente sozinho e, sem querer, acerta um invasor que ali dormia, dentro da cabana. Em tese, ocorreu:

- a) Descriminante putativa.
- b) Causa legal de exclusão da culpabilidade.
- c) Caso fortuito, ou força maior criminógena.
- d) Erro de tipo.
- e) Erro na execução (aberratio ictus).

**11.** Não aceitando o término do relacionamento, Débora manteve Breno por duas horas sob a mira de um revólver. Durante esse tempo, o Delegado de Polícia Márcio negociou a rendição de Débora. Aos prantos, repetia que liberaria o ex-marido, contudo efetuaria disparo contra a sua cabeça, pondo fim à própria vida, pois não viveria sem seu amado. Passados mais alguns minutos, decidiu liberar Breno. Ainda transtornada e de arma em punho, dirigiu-se à saída do local onde estava acuada pelos policiais e, inesperadamente, ao invés de se entregar, apontou o revólver aos integrantes do grupo tático, gritando que efetuaria um disparo. Nesse momento, vendo uma ameaça em Débora, pois estava prestes a atirar contra os policiais, o Delegado Moraes efetuou disparo mortal. Em seguida, ao se aproximar do corpo da vítima, verificou que a arma de Débora não estava municada. Visando a evitar qualquer responsabilização penal, a defesa técnica de Márcio deverá suscitar que ele atuou em contexto de

- a) erro de tipo permissivo invencível.
- b) erro determinado por terceiro.
- c) erro de tipo incriminador invencível.
- d) legítima defesa própria.
- e) erro de proibição invencível.

**12.** Joaquim, lavrador, está trabalhando com uma motosserra há mais de 12 horas cortando eucaliptos em sua propriedade. Quando passa para a árvore seguinte, sofrendo pelo seu cansaço, confunde o braço de seu amigo Roberto com o tronco de uma árvore, desferindo contra ele vigoroso golpe com a motosserra, lesionando-o gravemente. Neste caso, pode-se dizer que Joaquim agiu:

- a) Em estado de erro de proibição psicologicamente condicionado;
- b) Em estado de erro de tipo permissivo;

- c) Em estado de erro de proibição indireto;
- d) Em estado de erro de tipo psicologicamente condicionado;
- e) Com dolo eventual.

**13.** Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância

- a) é adotado ainda que o agente seja reincidente ou tenha cometido o mesmo gênero de delito reiteradas vezes.
- b) é aplicável ao crime de roubo.
- c) deve ser aplicado em casos de crime de tráfico de drogas.
- d) não se adota ao crime de contrabando.
- e) não se aplica ao tráfico internacional de armas de fogo, exceto em casos que se restrinjam a cápsulas de munição.

**14.** Acerca dos elementos constitutivos nos crimes culposos, assinale a alternativa correta:

- a) a não observância do dever objetivo de cuidado.
- b) o fim natural involuntário e previsível.
- c) a conduta humana dolosa.
- d) a tipicidade material.
- e) a imprevisibilidade da conduta.

15. Antonio, um bilionário, após uma violenta discussão em um evento beneficente, resolve matar Bruna jogando-a da cobertura do seu prédio. Bruna acaba por morrer após colidir com um helicóptero que filmava a discussão dos dois e não por colidir no solo após a queda do prédio. Diante os fatos, assinale a alternativa correta:

- a) Antonio deve responder dolosamente, já que o resultado é causa superveniente relativamente independente da conduta do autor, tendo esta produzido o resultado “por si só”. A doutrina chama a hipótese de “troca de dolo”, constituindo a situação uma mudança do objeto do dolo.
- b) Antonio deve responder culposamente, tratando-se o resultado de um desvio causal regular e previsível, incompatível com o dolo do autor (representação do resultado como ocorreu).
- c) Antonio deve responder dolosamente pela morte de Bruna, já que o resultado concreto (realização do perigo) corresponde à realização do plano do autor.
- d) Antonio deve responder culposamente, já que sua conduta foi imprudente (culpa consciente). Trata-se na hipótese do chamado aberratio causae ou “culpa geral”.
- e) Antonio deve responder culposamente, tratando-se o resultado corresponde à realização do plano do autor.

## **CRIMINOLOGIA**

Flávio Milhomem

16. A respeito do conceito, objeto e método da criminologia, pode-se afirmar, exceto:

- a) A Criminologia é definida como uma ciência causal-explicativa da criminalidade, isto é, que investiga as causas da criminalidade, segundo o método experimental.

- b) A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de coerção punitiva e preventiva.
- c) A criminologia utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- d) A criminologia moderna ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal que vai além da identificação de suas causas; tendo por objeto também a prevenção do fato criminoso e o controle de sua incidência.
- e) A análise criminológica do crime diferencia-se da análise jurídica pois, neste, o jurista parte de premissas corretas para deduzir delas as oportunas consequências (método dedutivo).

17. No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:

- a) Na perspectiva macrosociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.
- b) As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.
- c) As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.
- d) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquente e a teoria do etiquetamento.
- e) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura do delinquente.

18. A respeito da interação entre criminologia, política criminal e direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.
- b) Em relação ao conceito de ciência penal total, a criminologia representa o momento decisional; a política criminal, o explicativo-empírico; e o Direito Penal, o normativo.
- c) A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos.
- d) A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- e) A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz entre a criminologia, enquanto ciência empírica, e o direito penal, enquanto ciência axiológica.

19. Em relação à criminologia feminista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É tema central na criminologia feminista o conceito de patriarcado e suas formas de manifestação.
- b) Para a criminologia feminista, é o patriarcado que divide a sociedade em “esfera pública” e “esfera privada”, sendo que esta é a esfera em que majoritariamente são perpetuadas as diferentes violências masculinas contra mulheres (violências patriarcais), decorrentes da ideia de que mulheres são inferiores aos homens.
- c) A principal contribuição teórica das criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade

não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais.

- d) Para a criminologia feminista, a criminologia crítica falha em explicar a violência masculina contra as mulheres e a criminalidade feminina porque parte do pressuposto de que a opressão feminina possui sua origem no capitalismo, ignorando a estrutura do patriarcado.
- e) Segundo a criminologia feminista, o Direito Penal não pode beneficiar um gênero de uma pessoa da mesma forma que uma classe social em detrimento de outra.

20. A respeito do realismo criminológico de esquerda, assinale a alternativa que não corresponde à teoria:

- a) Surgiu na América Latina como forma de contrapor o pensamento criminológico eurocêntrico e destacar os problemas da realidade local.
- b) Intitula-se realista em reação aos Idealistas que nos anos oitenta do século passado lideraram a pregação da filosofia sustentada pela Criminologia Crítica em oposição à Criminologia Tradicional.
- c) É uma vertente do abolicionismo penal que defende a superação do direito penal na sociedade atual por meio de uma política criminal pacifista.
- d) Busca reduzir a vitimização dos grupos mais vulneráveis economicamente, que vivem em zonas com alta criminalidade.
- e) Traz propostas para a redução da criminalidade dos mais vulneráveis, tais como: implementação de programas sociais nas comunidades, redução das penas nas prisões; e controle de práticas policiais abusivas, dentre outras.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

**21.** Não foi apresentada na Lei 11.340/2006 como majorante para os delitos envolvendo o tráfico de substâncias entorpecentes:

- a) a transnacionalidade do delito.
- b) a toxicidade da substância.
- c) o emprego efetivo de arma de fogo.
- d) o destino da substância para diferentes Estados da Federação.
- e) as proximidades de Estabelecimento Penitenciário.

**22.** Acerca do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9099/95 e todos os institutos despenalizadores previstos, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.
- b) Considera-se idoso pessoa maior de 65 anos, conforme disposto na CF/88 a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 anos de idade.
- c) Os crimes descritos no Estatuto do Idoso são todos de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando a causa excludente de culpabilidade da escusa absolutória ou imunidade penal absoluta e relativa.
- d) O Estatuto do Idoso, ao considerar como idosa a pessoa a partir de 60 (sessenta) anos de idade, alterou o artigo 115 do Código Penal, que prevê a redução do prazo prescricional apenas quando o acusado é maior de 70 (setenta) anos de idade ao tempo da sentença condenatória.

e) Podem ser considerados idosos pessoas com idade inferior a 60 anos a depender de sua condição física e/ou psicológica.

**23.** Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) nem se exigirá fiança.
- e) salvo se estiver embriagado.

**24.** A respeito da Lei 7.716/89, não caracteriza crime resultantes de preconceito de raça ou de cor:

- a) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- b) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- c) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.
- d) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.
- e) A homotransfobia, por ausência de previsão legal.

**25.** A cooperação internacional expressamente destacada na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) disciplina situações bem específicas. A respeito desse importante tema, aponte a alternativa CORRETA:

- a) o princípio da não-intervenção em assuntos internos contraria a necessidade de cooperação internacional a que o Brasil faria jus para investigar e processar traficantes internacionais de drogas.
- b) o Brasil pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de informações judiciais sobre precursores químicos.
- c) o Brasil não pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas pelo sigilo envolvido.
- d) o Brasil pode solicitar cooperação a outros países e organismos internacionais a respeito de programas voltados para repressão do uso indevido.
- e) o Brasil vedou qualquer comunicação com outros países a respeito do intercâmbio de informações sobre traficantes internacionais.

**26.** Indique a alternativa que NÃO CONTÉM um delito considerado ocorrido na investigação e na obtenção da prova pelo texto literal da Lei 12.850/2013:

- a) Recusar dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo.
- b) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.
- c) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.

d) Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.

e) Omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo.

**27.** A respeito das disposições gerais da Lei 8.137/90, aponte a alternativa CORRETA:

a) Por força do bem jurídico tutelado, qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta lei.

b) Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação do ente federativo respectivo, quando assim o exigir o tipo penal.

c) O grave dano à coletividade é uma das circunstâncias agravantes.

d) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança o revendedor, como forma ampla de respeito à vulnerabilidade consumerista.

e) A reclamação nos órgãos de defesa do consumidor é condição objetiva de procedibilidade nos delitos envolvendo relação de consumo.

**28.** A respeito do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A formação, a gestão e o acesso ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal.
- b) O Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais tem como objetivo armazenar dados de registros biométricos, de impressões digitais e, quando possível, de íris, face e voz.
- c) Poderão ser colhidos os registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz dos presos provisórios.
- d) A autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar, no caso de inquérito ou ação penal instaurados, informações específicas ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.
- e) Por ser regra nova, não poderá retroagir para atingir suspeitos que praticaram o delito antes da entrada em vigor dessa nova previsão legal.

**29.** A respeito das disposições gerais da Lei de Lavagem (Lei 9.613/98) aponte a única alternativa correta:

- a) Não se aplicam as regras do CPP para os processos envolvendo os crimes da Lei de Lavagem de Capitais.
- b) A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral e pelos provedores de internet, ficando de fora dessa possibilidade de requisição as administradoras de cartão de crédito, as empresas telefônicas e instituições financeiras, por força de seu sigilo constitucional.

c) Os encaminhamentos das instituições financeiras e tributárias em resposta às ordens judiciais de quebra ou transferência de sigilo deverão ser, sempre que determinado, em meio informático

d) Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, com prejuízo de sua remuneração, mantidos os demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

e) Em caso de citação por edital sem o comparecimento do réu e em a habilitação de advogado contratado, suspende-se o processo e a prescrição.

**30.** Aponte a alternativa CORRETA a respeito do afastamento do agressor do lar conjugal verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha:

a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida, após apresentar a *notitia criminis* para a autoridade policial.

b) o policial civil que fez o atendimento da mulher em situação de emergência poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.

c) qualquer delegado poderá fazê-lo, mesmo que exista juiz na Comarca.

d) o juiz sempre será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar.

e) o risco à integridade física da ofendida não poderá servir de impedimento para a concessão da liberdade provisória.

**31.** Indique a alternativa INCORRETA a respeito do procedimento penal dos crimes falenciais:

- a) Intimado da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial, o Ministério Público, verificando a ocorrência de qualquer crime previsto nesta Lei, promoverá imediatamente a competente ação penal ou, se entender necessário, requisitará a abertura de inquérito policial.
- b) Decorrido o prazo para oferecimento da denúncia, caberá ao administrador judicial ou a um dos credores habilitados oferecer queixa-crime subsidiária no prazo decadencial de 6 (seis) meses.
- c) O crime de fraude contra credores (art. 168 da Lei 11.101/2005), assim como acontece no Código Penal com o crime de fraude à execução (art. 179), somente se processa mediante queixa.
- d) Recebida a denúncia ou a queixa, observar-se-á o rito sumário.
- e) Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código de Processo Penal.

**32.** Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas):

- a) a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.
- b) o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.
- c) o tráfico internacional configura tipo autônomo, enquanto o tráfico interestadual é majorante.
- d) o crime de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, encontra tipicidade no art. 28 da Lei de Drogas.
- e) Quem adquire droga para consumo pessoal poderá ser condenado à pena privativa de liberdade, porém, em regime aberto.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Fernando Bezerra

**33.** Conforme a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, o emprego de algemas é:

- a) Excepcional, mas pode ser justificado oralmente ou por escrito em circunstâncias concretas específicas;
- b) Facultado somente em hipóteses de prisões definitivas, portanto vedado nas prisões cautelares, em decorrência do princípio da presunção de não culpabilidade;
- c) Ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal do Estado e da autoridade que o determinar;
- d) Apesar de ilegal, não admite a anulação dos atos processuais relacionados à prisão;
- e) É lícito nas hipóteses de resistência, fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade somente por escrito.

**34.** Considerar-se-á coação ilegal apta a ensejar habeas corpus, exceto:

- a) Quando extinta a punibilidade;
- b) Quando o processo for manifestamente nulo;
- c) Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;
- d) Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;
- e) Quando a autoridade policial determinar diligências contrárias a moralidade e ordem pública.

**35.** Quanto à busca e apreensão, assinale a alternativa incorreta:

- a) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para prender criminosos;
- b) A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes;
- c) Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito;
- d) A autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, ainda que de outro Estado, quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, independente de apresentação à autoridade local competente, conforme a urgência desta.
- e) A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

**36.** São critérios de determinação da competência jurisdicional, exceto:

- a) a distribuição;
- b) a natureza da infração;
- c) litispendência;
- d) a conexão ou continência;
- e) a prevenção;

**37.** De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípua o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.

c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.

d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**38.** Em relação à Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, as disposições do CPP e aos entendimentos dos Tribunais, assinale a alternativa correta.

a) O Juiz só poderá decretar medidas protetivas para a mulher se estas medidas estiverem elencadas na lei.

b) O rol de medidas protetivas de urgência previsto na Lei nº 11.340/06 coincide com o elenco de medidas cautelares diversas da prisão estabelecido no Código de Processo Penal.

c) Para que haja a concessão de medidas protetivas de urgência, é necessário apenas demonstrar a materialidade e a provável autoria.

d) Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

e) Havendo descumprimento das medidas protetivas de urgência, é possível a requisição de força policial, a imposição de multas, entre outras sanções, podendo inclusive aplicar cumulativamente o crime de desobediência.

**39.** Acerca da Prova no Processo Penal, julgue os itens abaixo.

1. Os peritos não oficiais não precisarão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
2. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso técnico e, na falta deste, o exame será realizado por 02 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
3. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

**40.** Sobre prisões, assinale o item correto.

- a) Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Claudio Tusco

**41.** Com base na nova Lei de Licitação, o Estado do Rio de Janeiro pretende proceder à locação de determinado imóvel, cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha. Trata-se de imóvel exatamente ao lado da Secretaria Estadual de Fazenda, que abrigará novas instalações para os Auditores Fiscais da Receita Estadual. No bojo do processo administrativo, já foi observada regularmente a avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, pois imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos. Com base na Lei n.º 14.133/2021, a contratação pretendida enseja:

- a) dispensa de licitação, mediante certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado e economicidade do contrato, que deve estar de acordo com o preço de mercado;
- b) inexigibilidade de licitação, mediante certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela;

- c) licitação frustrada, em razão da falta de outros imóveis que atendam ao objeto do contrato, sendo imprescindíveis justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado e economicidade do contrato, que deve estar de acordo com o preço de mercado;
- d) realização de processo de licitação, na modalidade concorrência, em razão da natureza da contratação, independentemente do preço global do contrato, devendo ser observado o preço de mercado e as condições estruturais e funcionais do imóvel a ser locado;
- e) realização de processo de licitação, na modalidade leilão, em razão da natureza da contratação, independentemente do preço global do contrato, devendo ser observado o preço de mercado e as condições estruturais e funcionais do imóvel a ser locado.
- 42.** Próximo do término da construção de um túnel que passa sob um morro onde existe uma grande comunidade, os peritos verificam que, em função do peso das casas, a construção desabaria. O governador do Estado, tomando ciência do fato, decide realizar a desapropriação de 100 casas que se localizavam na encosta do morro, mesmo sofrendo duras críticas de grupos da população. Ao agir, pautando-se nos princípios da Administração Pública, o governador teve a sua decisão motivada, especificamente, pelo princípio:
- a) da autotutela;
- b) da legalidade;
- c) da especialidade;
- d) da supremacia do interesse público sobre o privado;
- e) da segurança jurídica.

**43.** O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro averiguou que os alimentos comprados pela Secretaria de Educação não estavam chegando integralmente às escolas, ou eram entregues após a data de vencimento. Ao verificar tal situação, o Conselho decidiu acionar imediatamente a autoridade responsável. Essa conduta do Conselho é um exemplo de:

- a) regulação consultiva;
- b) deliberação executiva;
- c) controle social;
- d) controle judicial;
- e) auditoria governamental.

**44.** O controle na Administração Pública é de suma importância para que o Estado execute suas funções em conformidade com a Constituição. Sobre o controle interno no Brasil, assinale a afirmativa correta:

- a) É exercido pelo Judiciário quando julga uma ação trabalhista contra uma autarquia.
- b) Está subordinado ao controle externo, tendo a sua organização definida pelos tribunais de contas.
- c) Por ter caráter meramente administrativo, não assegura os princípios de ampla defesa e contraditório.
- d) Utiliza a técnica de controle posterior, deixando o controle prévio e concomitante a cargo do órgão de controle externo.
- e) Será exercido de maneira integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**45.** O Município Ômega, com menos de 200.000 habitantes, editou lei ordinária autorizando a criação de uma sociedade de economia mista para a elaboração de projetos e realização de obras de engenharia. A intenção do Município é a de que a empresa participe da reurbanização da área portuária. Sobre essa sociedade, assinale a afirmativa correta.

- a) A criação da sociedade de economia mista deveria ter sido autorizada por meio de lei complementar, não sendo válida a autorização veiculada em lei ordinária.
- b) A sociedade de economia mista municipal deve sujeitar-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas.
- c) Não é possível a criação de uma sociedade de economia mista, no caso, tendo em vista o tamanho da população municipal.
- d) A sociedade de economia mista municipal, se contratada pelo Poder Público, de qualquer esfera, é imune à incidência de tributos.
- e) A criação de sociedade de economia mista que explore diretamente o exercício de atividade econômica está vedada desde a edição da Emenda Constitucional nº 19.

**46.** João, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no exercício da função, causou danos morais a Joana, parte autora em determinado processo judicial, cujos autos foram extraviados por culpa de João. Em razão de tais fatos, Joana obteve êxito em ação indenizatória aforada em face do Estado do Rio de Janeiro. Na hipótese narrada, o poder público estadual:

- a) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, tendo o ônus de comprovar que o agente público agiu com culpa.

- b) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, desde que cumpra o ônus de comprovar que o agente público agiu com dolo.

- c) pode acionar judicialmente João, mediante ação de regresso, independentemente de comprovar a culpa ou dolo do agente, em razão da responsabilidade civil objetiva.

- d) não pode acionar judicialmente João, eis que a responsabilidade civil objetiva aplica-se apenas em face do Estado, que não tem o direito de regresso contra o agente.

- e) não pode acionar judicialmente João, eis que o direito de regresso do Estado contra o agente somente surge quando demonstrada má-fé, o que incorreu no caso.

**47.** Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Rio de Janeiro serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação. Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- a) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal.

- b) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.

- c) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.

- d) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível.

- e) político, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, que são aplicadas pela respectiva casa legislativa.

48. O Governador do Estado do Rio de Janeiro determinou à Secretaria Estadual de Cultura que, no âmbito de sua competência, fomentasse ações tendentes à valorização do patrimônio imaterial cultural da região. Inconformado com a política pública adotada e a situação de precariedade na saúde pública estadual, o cidadão João propôs ação popular requerendo ao Judiciário que transfira toda a verba pública que seria utilizada naquele ano na área de cultura para os hospitais estaduais, inclusive anulando todos os empenhos já realizados. No caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário Estadual:

- a) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas aferir a legalidade dos atos administrativos praticados e não os revogar por motivo de oportunidade ou conveniência.
- b) não cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo apenas valorar a discricionariedade dos atos administrativos praticados e revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência.
- c) cabe se imiscuir no mérito administrativo, devendo anular os atos administrativos que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.
- d) cabe se imiscuir na legalidade de cada ato administrativo, devendo revogar aqueles que se revelem inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.
- e) cabe se imiscuir na legalidade e mérito de cada ato administrativo, devendo anular aqueles que se revelem ilegais, inoportunos ou inconvenientes, diante das provas produzidas no curso da instrução processual.

49. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ALERJ é estabelecida em bem próprio do referido ente federativo. Esse bem deve ser considerado:

- a) popular.
- b) dominical.
- c) de uso privativo.
- d) de uso especial.
- e) de uso comum do povo.

50. João, Policial Civil, no exercício da função, recebeu vantagem econômica, que consiste em mesada no valor mensal de cinco mil reais, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar na área circunscricional da Delegacia de Polícia onde está lotado. Assim agindo, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, João:

- a) não praticou ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo aos cofres públicos, circunstância imprescindível para configuração do ato ímprobo;
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal estrita, mas está incurso em penalidade disciplinar;
- c) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, à cassação dos direitos políticos, ao ressarcimento ao erário e à perda da função pública;
- d) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial;
- e) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

**51.** Em matéria de controle da Administração Pública, de acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, o Poder Judiciário:

- a) não se submete a controle por parte do Poder Executivo, em razão do princípio da soberania das decisões judiciais;
- b) não se submete a controle por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes;
- c) não se submete a controle por parte do Poder Legislativo, que desempenha apenas atividade de elaboração de leis;
- d) se submete a controle por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, em razão do sistema de freios e contrapesos;
- e) se submete a controle contábil, financeiro e orçamentário, por parte do Poder Executivo, por meio do Tribunal de Contas.

**52.** Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões. São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público competente:

- a) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público;
- b) emite ato administrativo de demissão de servidor público, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- c) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária em determinada

matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;

- d) delega para autoridade hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público, observado o devido processo legal;
- e) edita emenda à Constituição Estadual com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria de Segurança Pública.

**53.** Governador do Estado do Rio de Janeiro editou um decreto estabelecendo feriados e pontos facultativos no ano de 2021, para órgãos e entidades da Administração Direta, autarquias e fundações do Executivo fluminense. Em tema de poderes administrativos, o ato praticado pelo Governador está formalmente:

- a) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder regulamentar;
- b) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder disciplinar;
- c) incorreto, porque se trata de ato administrativo simples e a matéria deveria ser objeto de ato legislativo;
- d) incorreto, porque se trata de ato administrativo composto que exige a participação dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- e) incorreto, porque se trata de ato administrativo complexo que exige a participação do Poder Legislativo.

**54.** Em situações pontuais e emergenciais, justificadas pelo interesse público, em que a aplicação de meios indiretos de coerção não seja suficiente, o poder público pode pôr em prática imediatamente o ato administrativo. Tal providência decorre do atributo ou característica desse ato administrativo, qual seja:

- a) imperatividade, mediante prévia decisão judicial, para observância do devido processo legal;
- b) coercibilidade, mediante prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- c) autoexecutoriedade, sem prévia decisão judicial, mas com contraditório diferido;
- d) exigibilidade, mediante prévia decisão judicial, para observância da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- e) tipicidade, sem prévia decisão judicial, mas com indispensável prévio processo administrativo.

**55.** Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado. Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;

d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;

e) afronta a garantia constitucional do contraditório.

**56.** Imagine duas hipóteses em que um cidadão é vítima de roubo em via pública. O primeiro crime ocorre em uma rua deserta de madrugada, e o segundo, em rua movimentada, na parte da tarde, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram. De acordo com jurisprudência e doutrina modernas, em tese, incide a responsabilidade civil:

a) objetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;

b) subjetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, com necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;

c) objetiva na segunda hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;

d) subjetiva na primeira hipótese, e a omissão genérica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;

e) objetiva na primeira hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público.

**57.** Maria e João obtiveram do poder público consentimento para realizar seu casamento numa bela praia da orla carioca. No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a utilização especial ou anormal do bem público deve ser instrumentalizada por meio da:

- a) permissão de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia;
- b) concessão de uso, que é ato discricionário, precário e depende de licitação prévia;
- c) autorização de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia;
- d) permissão de uso, que é contrato administrativo precário e independe de licitação prévia;
- e) autorização de uso, que é ato vinculado, oneroso e depende de licitação prévia.

**58.** De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para configuração dos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11, da Lei nº 8.429/92), é necessária a demonstração do:

- a) dano ao erário, o qual deverá ser objeto de ressarcimento aos cofres públicos;
- b) enriquecimento sem causa, o qual deverá ser objeto de multa civil;
- c) dolo, o qual não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico;
- d) dolo ou da culpa, os quais precisam ser específicos para comprovação do elemento subjetivo;
- e) prejuízo ao erário, o qual deverá ser objeto de multa civil ou perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

**59.** A Administração Pública tem entre seus fundamentos o princípio da supremacia do interesse público, garantidor de prerrogativas que possibilitam o cumprimento de objetivos necessários à atuação estatal. Esse princípio é adequadamente evidenciado quando:

- a) Governador remove servidor como forma de punição;
- b) Estado aluga prédio de particular para alocar a secretaria de fazenda;
- c) Administrador público pode fazer tudo aquilo que não é considerado ilícito;
- d) Prefeito desapropria imóveis para a construção de viaduto, garantindo indenização prévia;
- e) Polícia Civil decide discricionariamente sobre interceptação telefônica.

**60.** As organizações sociais (OS) são entidades de direito privado que tiveram origem na estratégia de publicização de parte de atividades exercidas pelo Estado. Em relação às OS é correto afirmar que:

- a) fazem parte da estrutura da administração indireta;
- b) podem exercer qualquer tipo de atividade de interesse público;
- c) são vinculadas à Administração Pública por meio do contrato de gestão;
- d) podem adquirir qualificação de agência executiva por decreto presidencial;
- e) devem se enquadrar no modelo societário de sociedade de economia mista.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**61.** João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

**62.** A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios, exceto:

- a) concessão de asilo político.
- b) independência nacional.
- c) não-intervenção.
- d) dignidade da pessoa humana.
- e) autodeterminação dos povos.

**63.** O Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do estado de Rondônia ajuizou ação anulatória de ato administrativo praticado pelo Conselho Nacional de Justiça. Consoante redação da Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal, a competência para processar e julgar a ação anulatória é

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.

- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de Juiz do Trabalho.

**64.** Mário é prefeito de Ariquemes-RO, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de Mário e não possui mandato eletivo. Márcio, neto de Mário, é vereador de Ariquemes-RO, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

- a) Mário, nas próximas eleições, só poderá concorrer a prefeito de Ariquemes se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.
- b) Márcio é inelegível prefeito de Ariquemes, em razão do parentesco com Mário, mas poderá concorrer a prefeito de Buritis-RO, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.
- c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado de Rondônia.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora de Ariquemes, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.
- e) Márcio é elegível prefeito de Ariquemes, uma vez que o grau de parentesco com Mário não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

**65.** A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 65 anos.
- b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.
- d) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.
- e) Os Estados-membros são autônomos, de modo que têm capacidade de organização do Poder Judiciário, inclusive para fixar limite etário de acesso à carreira, desde que se observe a iniciativa do Tribunal de Justiça para apresentar projeto de lei complementar acerca da matéria.

**66.** O Congresso Nacional, em caráter excepcional, editou lei para autorizar o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mesmo sem o registro sanitário, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A omissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto ao fármaco permite que o Congresso Nacional legisle sobre o assunto para autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros e de grande valia no combate à neoplasia maligna.
- c) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.
- d) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.
- e) A lei é formalmente inconstitucional, uma vez que projetos de lei que disponham sobre o Serviço Público de Saúde são da iniciativa concorrente do Presidente da República e do Congresso Nacional.

**67.** Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.
- c) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.
- d) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.
- e) Os créditos de natureza alimentar são pagos com absoluta prioridade e, depois, as requisições de pequeno valor.

**68.** O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.

c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.

e) A Súmula do TST deveria ter sido questionada ao STF por meio da ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que tem força de lei federal.

**69.** O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao poder de reforma da Constituição, aponte a alternativa correta.

a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.

b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.

- d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.
- e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

**70.** João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) A competência para o julgamento do crime praticado por João é do júri.
- b) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.
- c) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.
- d) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.

- e) A traição está inserida no contexto das relações amorosas e sua reprovação reside apenas no campo moral, de modo que ciúme, paixão e emoção não excluem a imputabilidade penal e nem caracterizam legítima defesa.

**71.** A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

**72.** A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

**73.** O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.

b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.

c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

e) O artigo 29, *caput*, da Lei 7.210/1984 é contrário ao disposto no artigo 7º, IV, da CF/88, motivo pelo qual é inconstitucional e deverá ser expurgado do ordenamento jurídico. Para combater essa violação à Constituição Federal será cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**74.** A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.

b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.

c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.

- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

**75.** A respeito da segurança pública, consoante redação da Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) É inconstitucional a vedação legal de porte de arma de fogo aos guardas municipais de municípios com menos de quinhentos mil habitantes.
- b) Guardas civis municipais, diferente dos policiais civis, federais e rodoviários, não têm direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.
- c) Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.
- d) A polícia federal é órgão permanente instituído por lei para, dentre outras atribuições, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- e) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem com exclusividade, no âmbito do Estado-membro, as funções de polícia judiciária, cabendo-lhes, ainda, a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

**76.** Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.
- e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

77. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

- a) "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, inciso III, da CF).
- b) "Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos" (art. 230, § 2º, da CF).
- c) "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens" (art. 5º, XV, da CF).
- d) "A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública" (art. 88 da CF).
- e) "O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas" (art. 218 da CF).

78. A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emendada durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

79. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

80. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá guardar proporcionalidade (se 35% de mulheres, 35% do Fundo e assim por diante).
- b) A reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos para negros contida na Lei 12.990/2014, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é compatível com o princípio da igualdade material, uma vez que fundada na superação do racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira. Para o Tribunal, a referida lei não se aplica apenas ao Executivo, mas a toda a Administração Pública (federal, estadual e municipal) quer seja no âmbito do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público ou das Forças Armadas.
- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.

e) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.

---

## DIREITO CIVIL

---

Paulo Sousa

81. Anderson conseguiu a sua emancipação por ato voluntário de ambos os pais ainda aos dezesseis anos de idade. Para comemorar sua nova fase independente, duas semanas após a emancipação ser registrada, Anderson pegou o carro dos pais e foi testar os limites de velocidade das vias. Por extrapolar os limites de segurança do carro, acabou perdendo o controle da direção e bateu em um outro carro que estava com o pisca alerta ligado no acostamento.

Em relação ao ocorrido, é correto afirmar que:

- a) apenas e exclusivamente Anderson responderá pelos prejuízos, já que é emancipado;
- b) apenas os pais de Anderson responderão pelo prejuízo, pois ainda é relativamente incapaz;
- c) a culpa é concorrente, visto que se o carro não estivesse parado no acostamento, não teria ocorrido o dano;
- d) ainda que ocorrida a emancipação, os pais de Anderson podem responder civilmente pelo dano, já que realizada na sua forma voluntária;
- e) o fato permite a anulação da emancipação, fazendo com que os pais de Anderson respondam pelo dano.

**82.** Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o casamento for realizado no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- d) tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
- e) as correções a texto de lei já em vigor serão consideradas lei nova.

**83.** O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

**84.** Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

**85.** Serão registrados em registro público, exceto:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- b) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- c) a emancipação em razão do exercício de emprego público efetivo;
- d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- e) os nascimentos, casamentos e óbitos.

**86.** É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

**87.** Em relação ao Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação incorreta:

- a) em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda;
- b) a responsabilidade civil independe da criminal, sendo possível rediscutir a existência do fato no processo civil mesmo quando decidido em contrário no juízo criminal;
- c) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste;
- d) a responsabilidade pela evicção pode ser excluída pelas partes contratantes mediante cláusula expressa;
- e) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

**88.** Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos;
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados;
- c) dez anos contínuos;
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados;
- e) cinco anos contínuos, se entre ausentes.

**89.** Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;

c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;

d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;

e) o testamento particular deve ser escrito de próprio punho.

**90.** Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

a) a habitação;

b) a hipoteca;

c) a anticrese;

d) a turbação;

e) o direito do promitente comprador do imóvel.

---

### MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

**91.** São características do ferimento produzido por objeto cortante, exceto:

a) Bordas regulares e lisas

b) Maior profundidade na porção distal do que na inicial.

c) Hemorragia abundante

d) Ausência de vestígios traumáticos ao redor da lesão

e) Secção perfeita dos tecidos moles subcutâneos

**92.** Quando ocorre a sufocação indireta por compressão torácica, há a asfixia pela restrição aos movimentos de inspiração e expiração. Assinale a alternativa que contém um sinal típico dessa forma de asfixia:

- a) Exoftalmia.
- b) Cogumelo de espuma.
- c) Máscara equimótica ou equimose cérvico-facial.
- d) Repleção das vesículas seminais.
- e) Petéquias subpleurais.

**93.** Acerca da dactiloscopia assinale a alternativa correta:

- a) Apesar de sua importância a identificação dactiloscópica não garante absoluta certeza sobre a relação entre a impressão digital e seu possuidor.
- b) A impressão digital se forma durante a vida extrauterina e perdura para além da morte.
- c) A variabilidade é a propriedade dos desenhos digitais na qual cada pessoa tem suas características próprias, mesmo que sofram ação de queimaduras ou corrosivos.
- d) A imutabilidade é a propriedade dos desenhos ditais em varias de dedo para dedo e de pessoa para pessoa.
- e) A perenidade ou universalidade é a característica das impressões digitais na qual cada pessoa é classificada por um conjunto de características que permanecem por toda vida.

**94.** O relatório médico elaborado diretamente pelo perito é chamado de:

- a) Atestado médico.
- b) Laudo.
- c) Parecer.
- d) Auto.
- e) Notificação.

**95.** São características que podem ser encontradas nos disparos à longa distância, EXCETO:

- a) Orla de escoriação.
- b) Orla de enxugo.
- c) Auréola equimótica.
- d) Orifício de entrada com diâmetro menor que o do projétil.
- e) Zona de tatuagem.

**96.** A maceração asséptica corresponde à/ao

- a) Fenômeno destrutivo que acomete nos corpos submersos em meio líquido contaminado, como os afogados em geral.
- b) Fenômeno transformativo conservador no qual o cadáver se transforma em uma substância com aspecto de sabão.
- c) Destruição das células provocada por enzimas intracelulares em razão da falta de oxigênio.
- d) Fenômeno destrutivo que acomete corpos submersos em meio líquido não contaminado, como o útero materno.
- e) Fenômeno transformativo conservador que ocorre quando o cadáver é armazenado em urna metálica.

**97.** Assinale a alternativa correta quando às perícias:

- a) A autópsia é feita pelo menos seis horas após o óbito, sem exceções.
- b) Em alguns casos, bastará o exame externo do cadáver.
- c) Via de regra, o juiz ficará adstrito ao lado apresentado pelo perito.
- d) A confissão do acusado supre o exame de corpo de delito.
- e) Mesmo se houver divergência entre os peritos, eles elaborarão laudo em conjunto.

**98.** A putrefação ocorre em quatro períodos distintos, o primeiro deles é chamado de período cromático, o qual inicia-se pela mancha verde abdominal. Assinale a alternativa correta quanto ao tempo de aparecimento:

- a) Entre 8 e 12 horas após a morte.
- b) Entre 12 e 16 horas após a morte.
- c) Entre 24 e 36 horas após a morte.
- d) Entre 36 e 48 horas após a morte.
- e) Entre 16 e 24 horas após a morte.

**99.** São considerados ferimentos contusos abertos, EXCETO:

- a) Escoriação.
- b) Esmagamento.
- c) Víbice.
- d) Encravamento.
- e) Empalamento.

**100.** É classificada como droga psicoanaléptica:

- a) Maconha.
  - b) Santo Daime.
  - c) LSD.
  - d) Merla.
  - e) Mescalina.
-

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-23-10-2021>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---